



Profissão farmacêutica radiografada nos pronunciamentos do Presidente do CFF



Dr. Jaldo de Souza Santos, Presidente do CFF, patrono e paraninfo de turmas de formandos em Farmácia por 285 vezes (até o fechamento desta edição) mostra a realidade da profissão em seus discursos.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, tem aproveitado os discursos que faz como patrono ou paraninfo de turmas de formandos em Farmácia de Universidades públicas e particulares de todo o País, para tocar em pontos cruciais da profissão. A busca do farmacêutico por conhecimentos, depois da graduação; a necessidade de qualificar os seus serviços; a sua natural liderança na comunidade; o conflito, dentro das farmácias comunitárias, entre o interesse econômico e a saúde; e diminuição do conteúdo programático relacionado à área das análises clínicas, após a instituição das diretrizes curriculares, em 2002, são temas recorrentes nos discursos do dirigente do CFF.

Dr. Jaldo de Souza Santos, um recordista nacional em ser patrono e paraninfo (são 285 vezes, sendo a mais recente, no dia 9 de fevereiro de 2011, quando parainfou a Turma de formandos da Faculdade de Farmácia da

Universidade Federal de Goiás - sem contar os mais de dez novos convites aceitos para este semestre), tem dito que a busca obsessiva dos farmacêuticos por novos conhecimentos, não só técnico-científicos, mas humanístico, criou novos parâmetros para a Farmácia, identificada como "profissão de gente preparada".

A sede de atualização, ressalta, é permanente e vai além da graduação, sob as formas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, especialização etc. "Nós, sempre, apostamos em que o crescimento da profissão passaria pela busca do conhecimento, além de questões legais", lembrou Souza Santos.

E acrescentou: "Só bem qualificado é que o farmacêutico pode dialogar com os demais integrantes das equipes multiprofissionais de igual para igual, tornar-se uma excelência em sua área, servir com acertos e merecer o respeito da sociedade". Dr. Jaldo alertou que os farmacêuticos,

como profissionais da saúde, não podem errar, "porque os seus erros podem custar vidas humanas".

O carinho com que atende aos clientes das farmácias e drogarias e o fato de ser um líder nato em suas comunidades são pontos citados nos discursos do Presidente do CFF. Reiterou que o farmacêutico, por índole, é amoroso com os clientes de suas farmácias e, por vocação e natureza, é um líder. "Ele deve associar o amor que tem em servir à sua liderança e, sempre, atento às questões éticas, para transformar o seu ambiente", declarou.

Ele acrescentou que o farmacêutico é, ainda, um sanitarista por excelência, devido à sua formação. Todos estes atributos, destacou, fazem do farmacêutico um profissional diferenciado no contexto da saúde. "Por tudo isso, ele precisa ser melhor aproveitado pela sociedade e mais valorizado pelas autoridades sanitárias", pediu.

OS DESAFIOS - Outras aspectos bastante abordados nos pronunciamentos que faz, em universidades, como patrono e paraninfo de turmas de formandos em Farmácia, são os desafios encontrados pela profissão. No segmento das farmácias e drogarias, por exemplo, Dr. Jaldo cita que eles giram em torno do conflito que põe, de um lado, o interesse econômico e, do outro, as questões de saúde.

"O interesse tenta diminuir a importância sanitária da farmácia, para fazer sobressair a sua força mercadológica. Mas a farmácia será, sempre, um espaço dedicado à saúde da população, onde são oferecidos produtos (medicamentos e correlatos) e serviços farmacêuticos", sentenciou.

O Presidente do CFF observou



que o interesse econômico, muitas vezes, arrasta os balconistas para o perigoso fosso do lucro aético, conseqüido à custa da famigerada prática da empurroterapia. "A sociedade sabe que pode contar com o anteparo do farmacêutico contra o avanço dessa prática que tanto a prejudica", declarou Souza Santos.

No segmento das análises clínicas, o dirigente o Conselho Federal de Farmácia vem denunciando, em seus discursos para formandos, que as diretrizes curriculares, instituídas, em 2002,

pelo Ministério da Educação, e que criou novos paradigmas para o ensino farmacêutico brasileiro, estão sendo mal usadas por muitas universidades. "Vários cursos de Farmácia, a pretexto de oferecer uma formação generalista, diminuíram o conteúdo programático e as aulas práticas na área das análises clínicas, prejudicando a formação dos acadêmicos.

Mas o CFF já está buscando essas instituições de ensino, com vistas a que façam a adequação dos seus currículos, sob pena de sofrerem san-

ções do Ministério da Educação. Vale salientar que o MEC e o CFF firmaram parceria pela qual o Órgão farmacêutico está autorizado a realizar a avaliação consultiva dos cursos de Farmácia, gerar relatórios sobre a situação das mesmas e encaminhá-los ao MEC. Uma avaliação negativa pode levar à punição dos cursos, inclusive o seu fechamento.

Pelo jornalista Aloisio Brandão,
editor desta revista



Contratação de pessoal: Juiz nega pedido do CFF

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) recebeu, no dia 14 de fevereiro de 2011, decisão do Juiz Federal Alexandre Vidigal de Oliveira, da 20ª Vara (DF), indeferindo o pedido de contratação emergencial pelo Órgão de pessoal pelo Regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). De acordo com a decisão, "as autarquias corporativas devem adotar o Regime Jurídico Único, ressalvadas as situações consolidadas na vigência da legislação editada nos termos da Emenda Constitucional número 19/97" (texto da Decisão).

HISTÓRICO - O Conselho Federal de Farmácia apresentou, em dezembro de 2010, ao Juiz Alexandre Vidigal Ferreira uma contestação à ação civil pública de número 27064-53.2010.4.01.3400, movida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional e das Entidades Coligadas (Sinascos) contra o CFF, acerca do Regime Jurídico Único (RJU), de contratação.

Na justificativa, o Consultor Jurídico do CFF, Antônio César Cavalcanti

Júnior, argumentou que existe uma interpretação equivocada dos termos da decisão de Medida Cautelar deferida nos autos da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2135, em relação ao regime de contratação das autarquias federais.

Para ele, não se trata de decisão definitiva de mérito, mas, sim, de medida cautelar que preserva a legislação aplicável de fato. "A única decisão vinculante para os Conselhos refere-se à decisão, de 2003 (ADI 1717-6/DF), do Supremo Tribunal Federal (STF), que mantém o Regime de Contratação via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)". O fato, de acordo com Cavalcanti Júnior, é que alguns segmentos do Judiciário estão emprestando eficácia do artigo 102 § 2º da Constituição, indevidamente, pois, em Medida Cautelar, só há aplicação da regra do artigo 11, §§ 1º/2º, da Lei 9.868/99.

OUTRAS PROVIDÊNCIAS - O CFF apresentou, no dia 04 de fevereiro de 2011, manifestação ao Advogado-Geral da União Substituto, Ministro Fernando Luiz Albuquerque Faria,



Consultor Jurídico do CFF, Antônio César Cavalcanti Júnior: "Interpretação equivocada".

sustentando a ausência de relação jurídica entre os Conselhos Profissionais de Classe e a União. O CFF reforça que encaminhou, em 2005, a mesma reclamação à Advocacia Geral da União, e o advogado Álvaro Augusto Ribeiro reconheceu que há omissão legislativa em relação aos conselhos de profissões regulamentadas e seus contratos de trabalho.

No dia 09 de fevereiro de 2011, no Supremo Tribunal Federal (STF), o Consultor Jurídico do CFF, Antônio César Cavalcanti Júnior, reuniu-se com a Ministra Carmem Lúcia, e solicitou que ela adotasse, em seu parecer, os termos do Regimento Interno do Supremo

Várias



(artigos 318 e 319), que trata das medidas que devem ser tomadas, quando há repercussão geral sobre a aplicação do Regime Jurídico Único aos Conselhos Profissionais, interrompendo, assim, todas as ações sobre o tema, até que haja decisão definitiva de mérito.

O Consultor Jurídico de CFF explicou que levou em consideração a falta de alinhamento jurídico entre os Conselhos De Classe e a União. "Os Conselhos, ainda que de direito público, são autarquias especiais, constituídas por finanças paralelas que não pertencem ao aparelhamento estatal, mas exercem suas atividades de fiscalização, justamente para o desempenho

da função autoreguladora do Estado", disse.

O CFF, também, apresentou um Agravo de Instrumento contra a Liminar da mesma ação, a ser julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (processo 73803-02.2010.4.01.0000). A Liminar suspende as contratações pelo Regime da CLT e anula o Edital número 01/2010, que versa sobre o concurso público do CFF.

O Consultor do CFF argumenta que as autarquias possuem administração descentralizada, definida pelo artigo 5º, do Decreto Lei 200/67, que organiza a Administração Federal. "E existe uma singularidade em relação

aos Conselhos Profissionais: o Decreto-Lei 968/69 diz que as normas gerais aplicadas à Administração Federal não se aplicam aos Conselhos e, assim, estas autarquias sempre contrataram seus empregados pelo regime da CLT", concluiu Antônio César Cavalcanti Júnior.

Assim, Cavalcanti Júnior explica que o CFF aguarda a decisão da Ministra Carmen Lúcia e a posição do Tribunal da 1ª Região. "É preciso cautela, pois, antes de qualquer decisão do Judiciário, não há qualquer medida legalmente cabível ao CFF", conclui.

Pela jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF.



Fitoterapia e Análises Clínicas em destaque

Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, será a capital da Fitoterapia e das Análises Clínicas. De 7 a 9 de abril de 2011, o Centro de Convenções da cidade sediará o **3º Simpósio de Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Sistema Público de Saúde**. O evento tem inscrições limitadas e as vagas estão vinculadas ao **I Congresso Binacional Brasil-Paraguai de Farmácia e**

Análises Clínicas. O Simpósio e o Congresso serão realizados pelo Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso do Sul (CRF/MS), com o apoio do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

PLANTAS MEDICINAIS - O Simpósio contará com palestras sobre financiamento de pesquisas em plantas medicinais, pactuação na assistência farmacêutica básica, promoção do uso racional de plantas medicinais e sua inclusão nos programas públicos de fitoterapia, além de apresentações sobre experiências regionais voltadas ao uso de plantas medicinais.

FARMÁCIA E ANÁLISES CLÍNICAS - Já o I Congresso Binacional Brasil-Paraguai de Farmácia e Análises Clínicas será movimentado por palestras e mesas redondas sobre farmacovigilância, estruturação farmacêutica no SUS, administração farmacêutica, gerenciamento de resíduos, entre outros temas.



Farmácia no combate à dengue

■ DR. JALDO DE SOUZA SANTOS, PRESIDENTE DO CFF: “O FARMACÊUTICO É O PROFISSIONAL DE SAÚDE QUE ESTÁ MAIS PRÓXIMO DA POPULAÇÃO E PODE ORIENTÁ-LA QUANTO ÀS FORMAS DE PREVENÇÃO E, NUM SEGUNDO MOMENTO, QUANTO AO USO CORRETO DO MEDICAMENTO”.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, participou, no dia 21 de fevereiro de 2011, em Goiânia (GO), do lançamento do Comitê Estadual Contra a Dengue de Goiás e da assinatura dos decretos que criam as figuras do *Síndico Dengueiro* e dos agentes jovem e mirim de combate à doença. Foram as primeiras ações na área da saúde do Governador de Goiás, Marconi Perillo.

O Comitê Estadual Contra a Dengue é formado por 39 órgãos e entidades. O Governador lembrou que, como ainda não há vacina que previna a infecção ou cure a doença, o trabalho tem de ser feito com a mobilização de toda a sociedade. “O trabalho que vai ser implementado por este Comitê é muito importante, porque envolve escolas, sindicatos e a sociedade, nesta tarefa que é dos governos, mas essencialmente da população”, destacou Perillo.

Souza Santos, afirmou que o farmacêutico tem papel fundamental no combate à dengue. “O farmacêutico é o profissional de saúde que está mais próximo da população e pode orientá-la quanto às formas de prevenção e, num segundo momento, quanto ao uso correto do medicamento”, disse.

Souza Santos informou, ainda, que o CFF, como integrante do Comitê Estadual Contra a Dengue, já realiza algumas ações de combate à doença, em Goiás e no País. “Emissoras de rádio estão divulgando, durante toda a programação, para todo o Estado, informativos do Conselho sobre a melhor forma de combater a doença. Além disso, o site do CFF divulgou o hot site do Ministério da Saúde,



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, no lançamento do Comitê Estadual Contra a Dengue, em Goiás: com o Governador Marconi Perillo; e com farmacêuticos e o Secretário Estadual de Saúde, Antônio Faleiros

que traz informações sobre o mosquito e a doença, além de dados sobre a dengue, no Brasil e no mundo”, completou o Presidente do CFF.

Além do Governador e do Presidente do CFF, o evento contou com as presenças do Secretário Estadual de Saúde de Goiás, Antônio Faleiros; do Secretário Municipal de Saúde de Goiânia, Elias Rassi; do Prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, e representantes da Assembleia Legislativa, Ministério Público, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Federações da Indústria e do Comércio e outras autoridades regionais.



GENÉRICOS: confiabilidade e conquista social



O Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Walter Jorge João, disse, no dia 18 de fevereiro de 2011, em entrevista à "TV Band", que a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) deu mais um importante passo social, ao aprovar a entrada de cinco novos medicamentos genéricos no mercado. Dr. Walter Jorge aproveitou para reiterar que os genéricos são produtos "absolutamente confiáveis", e que, por isso, está conquistando uma expressiva fatia do mercado de medicamentos, no País. A entrevista foi ao ar, no mesmo dia à noite.

Os novos genéricos aprovados pela Anvisa são a dacarbazina, para o tratamento do câncer; a entacapona, usado contra o mal de Parkinson; a rosuvastatina cálcica, para diminuir o colesterol; a quetiapina, indicada em casos de esquizofrenia, e o tenofovir, contra aids e hepatite B.

O alcance social dos genéricos foi o foco da entrevista do Vice-Presidente do CFF à "TV Band". Ele ressaltou que essa classe de medicamentos, em média, 40% mais

baratos que os de marca, são parte importante da política do Governo voltada para facilitar o acesso da população aos medicamentos. Deu como exemplo as pessoas portadoras do vírus HIV. Cerca de 64 mil delas faz uso do tenofovir cujo genérico, agora, terá preços quase pela metade. Os benefícios estendem-se ao próprio Ministério da Saúde, que terá uma economia da ordem de R\$ 80 milhões por ano, na distribuição do produto.

Indagado sobre a confiabilidade dos genéricos, Walter Jorge foi enfático: "É preciso ficar claro, numa vez por todas, que os genéricos são tão confiáveis quanto os medicamentos de marca". Ele citou os complexos testes (de bioequivalência e biodisponibilidade) por que passam os genéricos, o que dão total segurança aos medicamentos. "Os genéricos são um sucesso, porque os seus preços são quase a metade dos preços dos de marca, porque a sua confiabilidade é garantida pelo do Governo e porque a população confia neles", argumentou o Diretor do CFF.



Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge: "É preciso ficar claro, de uma vez por todas, o seguinte: genéricos são tão confiáveis quanto os medicamentos de marca".

Walter Jorge lembrou que os genéricos respondem por 20,6% das vendas em unidades no conjunto do mercado farmacêutico. Para ele, é um crescimento expressivo para uma política ainda jovem (os genéricos foram criados, no Brasil, em 1999, com a promulgação da Lei 9787). Nos Estados Unidos, a mesma política tem 30 anos e os produtos correspondem a cerca de 60% do mercado. "Os genéricos são uma conquista da sociedade", conclui Walter Jorge.

Por 30 horas semanais



O Conselho Federal de Farmácia (CFF) solicitou que a categoria farmacêutica mobilizasse-se junto ao maior número possível de Senadores, em cada Estado, em favor do desarquivamento do PLC113/2005 (Projeto de Lei da Câmara), que dispõe sobre a jornada máxima de 30 horas para farmacêuticos. Atualmente, a carga horária do profissional é de cerca de 40 horas semanais.

A Secretária-Geral do CFF, Lérica Viei-

ra, explicou que a fixação legal em 30 horas reduz o estresse gerado pela longa jornada. "A redução da jornada é necessária, diante do desgaste físico e mental resultante das atividades ligadas à saúde", alertou a dirigente do CFF.

Por se estar em uma nova legislatura, os projetos de lei que não tiveram andamento, na legislatura anterior, seguiram para arquivo, a exemplo do que reduz a carga horária do farmacêutico. Segundo o Regimento Interno do Senado, o PLC113/2005 só pode ser desarquivado para nova apreciação da Casa, se um Senador fizer o requerimento e anexar uma lista de assinaturas com quorum mínimo de 27 Senadores.

Lérica Vieira explicou que o movimento sindical iniciou uma mobilização que os Conselhos de Farmácia deveriam apoiar. Os farmacêuticos tiveram, até o

Diretora Secretária-Geral do CFF, Lérica Vieira: "A redução da jornada é necessária, diante do desgaste físico e mental resultante das atividades ligadas à saúde".



dia 30 de março de 2011, para enviar a solicitação de desarquivamento aos Senadores. A Secretária-Geral do CFF lembrou que o PL que fixa a carga horária promove melhores condições para a prestação de uma assistência qualificada e humanizada à população por parte dos farmacêuticos, permitindo que eles desempenhem bem o seu papel em favor da saúde.



Movimento dos **CÉTICOS** contra a homeopatia

■ PRESIDENTE DA ABFH ALERTA QUE CONSUMIR MEDICAMENTOS SEM PRESCRIÇÃO, EM PRAÇA PÚBLICA, É CRIME. PARA A FARMACÊUTICA MÁRCIA GUTIERREZ, MOVIMENTO É FRUTO DO INTERESSE.

“Um ato de irresponsabilidade contra a saúde pública, que pode ser impedido pelas autoridades, tanto sanitárias, quanto de Segurança”. A declaração é da Presidente da Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas (ABFH), Márcia Gutierrez, referindo-se ao ato do Movimento dos Céticos contra a Homeopatia. Seguidores do Movimento tomaram medicamentos, sem prescrição médica, na Praça Benedito Calixto, em São Paulo, no dia 05 de fevereiro de 2011, para tentar comprovar a ineficácia dos mesmos.

A idéia do Movimento foi a de demonstrar que os medicamentos homeopáticos não geram qualquer reação adversa e que, por isso, não têm eficácia. Márcia Gutierrez lembra que, de acordo com a Lei Penal, este ato “pode configurar crimes de indução ao suicídio, infração de medida sanitária preventiva e incitação ao crime”.

A dirigente da ABFH acrescenta: “Até respeitamos a manifestação de opinião deles, mesmo sem qualquer fundamento, mas não vamos ficar olhando passivamente alguém ou um grupo induzir outras pessoas a fazerem esta insanidade, que é algo até ilegal”.

A entidade oficiou os órgãos sanitários da capital paulista e do Estado de São Paulo para que tomem todas as providências cabíveis. “A prática proposta por esse grupo torna-se perigosíssima à saúde dos manifestantes, tendo em vista que os medicamentos homeopáticos devem ser tomados, observando-se as prescrições e recomendações médicas, podendo desenvolver em pacientes sensíveis a eles uma série de sinais e sintomas peculiares ou mesmo a agravamento de sintomas de enfermidades pré-existentes. Também, a prática proposta pode levar insegurança e pânico aos milhares de pacientes que, no Brasil e no mundo, fazem uso da homeopatia como escolha terapêutica e que, influenciados por este episódio, poderão optar pela interrupção



Presidente da ABFH, Márcia Gutierrez: “Jogo de interesses”.

do tratamento vigente, expondo-os, também, a sérios riscos de comprometimento de seu estado saúde, declarou a Presidente da ABFH.

O movimento dos céticos nasceu, na Inglaterra, segundo Gutierrez, devido à disputa comercial por verbas públicas destinadas à compra de medicamentos. Partidários dos laboratórios farmacêuticos conseguiram proibir que o contribuinte inglês usasse o direito de restituição de gastos com medicamentos nos tratamentos homeopáticos. Uma briga que envolve quantia de quatro milhões de libras/ano.

O resultado deste jogo de interesses, acrescenta a farmacêutica, estimulou a exportação da disputa para outros países, inclusive o Brasil. Primeiro, com informações e matérias para quebrar a credibilidade da homeopatia, todas sem fundamento. “A forma como eles se manifestam agrada a mídia”, observa Márcia Gutierrez.

Segundo ela, a atitude do Movimento é oposta à da homeopatia, em todo o mundo: discreta e profissional. Gutierrez acrescenta que os estudos sobre a eficácia dos medicamentos homeopáticos é divulgada quase que exclusivamente no âmbito científico, médico e farmacêutico. “Isto acontece, para impedir que tais medicamentos sejam vistos como panacéias”, esclarece.

Diz, ainda, que o respeito construído por informações sólidas, ao longo dos anos, fez a farmácia de manipulação brasileira, na qual a homeopatia se insere, construir um sistema de atendimento que tem por bases a legislação e inspeção sanitária mais rígida do mundo, a utilização de insumos com altos níveis de controle de qualidade, uma dispensação ativa de medicamentos inspiradora de regulamentação sanitária para todo tipo de farmácia.





Medicamentos de graça

PROGRAMA LANÇADO PELO GOVERNO FEDERAL DEVE DOBRAR NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO *AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR*



Farmácias e drogarias conveniadas à rede *Aqui Tem Farmácia Popular* estão oferecendo, desde o dia 03 de fevereiro de 2011, medicamentos gratuitos para o tratamento de hipertensão e diabetes, por meio do programa Saúde Não Tem Preço. O programa foi lançado pela Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Até o dia 14 do mês, todos os 15.069 estabelecimentos credenciados já terão aderido plenamente ao programa, após concluírem a adaptação dos sistemas de vendas.

“Cuidar da saúde de uma sociedade está entre as obrigações intransferíveis de um Estado democrático, comprometido com a justiça social e o bem-estar das famílias”, disse a Presi-

denta Dilma Rousseff, durante a solenidade de lançamento do programa.

Dilma destacou que os medicamentos são o item de maior peso no bolso das famílias mais humildes: 12% da renda da população mais pobre são gastos com remédios, contra 1,7% no caso das faixas de maior poder aquisitivo. “Não podíamos admitir que este ônus de origem social colocasse em risco a vida de portadores pobres de disfunções para as quais a medicina já tem tratamento seguro e garantido”, enfatizou.

A oferta de medicamentos gratuitos na rede *Aqui Tem Farmácia Popular* foi normatizada por portaria do Ministério da Saúde e viabilizada por acordo com sete entidades da indús-



Presidenta Dilma Rousseff: “Não podíamos admitir que este ônus de origem social colocasse em risco a vida de portadores pobres de disfunções”.

Crédito: Fábio Rodrigues Pozzebon/ABr

tria e do comércio farmacêutico (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – Alanac; Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos - Pró-Genéricos; Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo – Sindusfarma; Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias – Abrafarma; Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – Abcfarma; Federação Brasileira das Redes Associativistas de Farmácias – Febrafar).

“Pelo acordo, o Ministério se compromete a ampliar a oferta de medicamentos pelo programa e o setor produtivo a reduzir sua margem de lucro sobre cada medicamento, para que o usuário o leve para a casa sem nenhum custo”, explicou o Ministro Alexandre Padilha.

ABRANGÊNCIA - O *Aqui Tem Farmácia Popular* atualmente beneficia cerca de 1,3 milhão de brasileiros por mês. Destes, aproximadamente 660 mil



são hipertensos e 300 mil, diabéticos. O programa é desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente, ao firmarem convênio com o Ministério da Saúde.

Com exceção dos medicamentos para diabetes e hipertensão – que a partir de agora passam a ser gratuitos – o Governo Federal financia 90% do valor de referência dos medicamentos no *Aqui Tem Farmácia Popular*, cujo orçamento para 2011 é de R\$ 470 milhões. Pelo programa, a população tem acesso a 24 tipos de medicamentos para hipertensão, diabetes e mais cinco doenças (asma, rinite, mal de Parkin-

son, osteoporose e glaucoma), além de fraldas geriátricas. É necessário que o usuário apresente CPF, documento com foto e receita médica, exigida para evitar a automedicação. O *Farmácia Popular* foi criado, em 2004. Atualmente, essa modalidade do programa é desenvolvida, em mais de 2,5 mil Municípios.

AS DOENÇAS - No Brasil, a hipertensão arterial é diagnosticada em cerca de 33 milhões de brasileiros. Destes, 80% – ou aproximadamente 22,6 milhões de hipertensos – são atendidos na rede pública de saúde. Entre os 7,5 milhões de diabéticos diagnosticados, no País, seis milhões (80% do total) recebem assistência no SUS.

Princípios ativos dos medicamentos oferecidos gratuitamente pelo Aqui Tem Farmácia Popular:

Hipertensão

Captopril 25 mg, comprimido
Maleato de enalapril 10 mg, comprimido
Cloridrato de propranolol 40 mg, comprimido
Atenolol 25 mg, comprimido
Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido
Losartana Potássica 50 mg

Diabetes

Glibenclamida 5 mg, comprimido
Cloridrato de metformina 500 mg, comprimido
Cloridrato de metformina 850 mg, comprimido
Cloridrato de metformina de ação prolongada 500 mg
Insulina Humana NPH 100 UI/ml – suspensão injetável, frasco-ampola 10 ml
Insulina Humana NPH 100 UI/ml – suspensão injetável, frasco-ampola 5 ml
Insulina Humana NPH 100 UI/ml – suspensão injetável, refil 3ml (carpule)
Insulina Humana NPH 100 UI/ml – suspensão injetável, refil 1,5ml (carpule)
Insulina Humana Regular 100 UI/ml, solução injetável, frasco-ampola 10 ml
Insulina Humana Regular 100 UI/ml, solução injetável, frasco-ampola 5 ml
Insulina Humana Regular 100UI/ml, solução injetável, refil 3ml (carpules)
Insulina Humana Regular 100UI/ml, solução injetável, refil 1,5ml (carpules)

Fonte: Agência Saúde - Ascom/MS (jornalistas Renatha Melo, Barbara Semerene e Leonidas Albuquerque).



SAEF 2011: conhecimento e integração



UFRGS
FACULDADE DE FARMÁCIA

A Semana Acadêmica de Estudos Farmacêuticos (SAEF) é um dos mais expressivos eventos na área farmacêutica, no Rio Grande do Sul. O evento, realizado pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal daquele Estado, é grande gerador de conhecimento científico, conta, sempre, com a presença de acadêmicos de Farmácia e profissionais farmacêuticos de todo o Brasil, propiciando aperfeiçoamento técnico e integração. Neste ano, a SAEF, que chega à sua 37ª edição, terá como tema "Tradição e inovação: a história do farmacêutico". A Semana será realizada, de 23 a 27 de maio.

Nesta edição, a programação inclui cursos, mini-cursos e palestras em todas as principais áreas do âmbito farmacêutico. A grande novidade será a realização da mostra de trabalhos científicos, com inscrição prévia de resumos dos trabalhos realizados pelos alunos e posterior divulgação na forma de pôsteres e apresentações orais. Está prevista a participação de aproximadamente 500 inscritos, entre profissionais e acadêmicos, além de palestrantes de diversas áreas de diferentes Estados.



Ministro Alexandre Padilha é o novo Presidente do CNS

■ ESTABELECIMENTO DE CONSENSO E MAIOR APROXIMAÇÃO COM OS USUÁRIOS DO SUS SÃO PREOCUPAÇÕES DO MINISTRO

O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi eleito Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), no dia 16 de fevereiro de 2011. Também, foram escolhidos, por votação, os demais membros da Mesa Diretora do Órgão, composta por oito integrantes. O CNS é a principal instância de controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) e reúne representantes de usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviço.

“O principal, como Presidente do CNS, é estabelecer consenso e apresentar os temas discutidos dentro do colegiado aos usuários do SUS para uma maior aproximação com a sociedade”, disse o Ministro Padilha. Segundo ele, o tema prioritário será o acesso à rede pública de saúde, assunto colocado como uma “obsessão” da sua gestão no Ministério da Saúde.

Padilha apontou, ainda, como temas para serem discutidos no Conselho o fortalecimento do controle social, a construção de um documento orientador para a 14ª Conferência Nacional de Saúde e o programa *Saúde Não Tem Preço* que, em janeiro de 2011, determinou a oferta gratuita de medicamentos para hipertensão e diabetes no Programa Farmácia Popular do Brasil.

O Presidente do CNS é responsável por coordenar a Mesa Diretora e dialogar com o Ministério da Saúde e demais órgãos do Governo para o cumprimento das decisões. Ele e os oito integrantes da Mesa Diretora são escolhidos pelo Plenário para um mandato de um ano.

As eleições dos membros da Mesa Diretora do CNS começaram, em 2007. Antes disso, a pessoa que ocupava o cargo



Ministro da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Alexandre Padilha: “Acesso à rede pública de saúde é prioridade”.

de Ministro da Saúde assumia automaticamente a Presidência do Conselho Nacional de Saúde. Quem deixou o cargo foi o farmacêutico Francisco Batista Júnior, primeiro Presidente eleito e que, durante quatro anos, esteve à frente do colegiado.

Fonte: Agência Saúde – Ascom/MS (jornalista Camila Rabelo).

GENÉRICOS para Aids e hepatites

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a entrada de cinco novos medicamentos genéricos no mercado. Os genéricos aprovados foram a dacarbazina, usada contra o câncer; a entacapona, utilizada no tratamento do mal de Parkinson; a rosuvastatina cálcica, para diminuir o colesterol; a quetiapina, prescrita em casos de esquizofrenia, e o tenofovir, contra Aids e hepatite B.

REALIZAÇÃO - Mais uma aposta na produção nacional de medicamentos para a Aids e as hepatites acaba de se realizar, com a concessão pela Anvisa, por meio da Resolução nº 487/2011, do registro de comercialização da versão genérica do tenofovir para o laboratório oficial Fundação Ezequiel Dias (Funed - Governo do Estado de Minas Gerais).

Com a autorização, 9 milhões de comprimidos começarão a ser produzidos, a partir de março de 2011. Atualmente, cerca de 64 mil pacientes de Aids e 1,5 mil de hepatites fazem uso do tenofovir, no País. Essa produção tornou-se uma realidade, em função de parceria público-privada, viabilizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde.

O primeiro lote nacional do tenofovir estará disponível para os pacientes, no final de março de 2011. Com o início da fabricação, dez dos 20 medicamentos antirretrovirais fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) passam a ser fabricados, no Brasil, o que fortalece a autonomia do País na produção de fármacos.

A concessão, também, comprova a capacidade técnica de produção nacional e reafirma o compromisso com a sustentabilidade do tratamento para as duas doenças. “Além de disponibilizar o medicamento para as pessoas que vivem com Aids e hepatites, fica garantida a oferta, a longo prazo, contribuindo para diminuir a dependência externa”, enfatiza o Diretor do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Dirceu Greco.

Em 2010, foram investidos R\$ 577,6 milhões na aquisição de antirretrovirais importados e R\$ 224,9 milhões na fabricação dos nacionais. Mesmo incluindo o investimento com incorporação da tecnologia, o preço inicial do tenofovir nacional será o mesmo pago pelo SUS na última aquisição internacional: R\$ 4,02. Até o final de 2011, a Funed entregará ao Ministé-



rio da Saúde, em quatro etapas, 36 milhões de comprimidos.

A produção do tenofovir, no Brasil, é uma conquista do Governo e da sociedade civil. O Instituto de Tecnologia de Fármacos (Farmanguinhos) e a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) entraram com um processo no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), argumentando que não havia atividade inventiva no medicamento.

Em 2008, o Ministério da Saúde declarou interesse público do tenofovir, para fins de análise do pedido (Portaria nº 681/2008). Em junho do mesmo ano, o pedido de patente foi indeferido. A partir daí, o Brasil começou a investir na produção nacional do medicamento e o produto foi aprovado em todas as etapas de qualidade determinadas pela Anvisa.

Profissão farmacêutica perde duas de suas maiores expressões

■ MORREM JAMIL ISSY E DURVAL MAZZEI. AMBOS FORAM DIRETORES DO CFF.

A profissão farmacêutica perdeu duas de suas maiores expressões. Faleceram, no dia 15 de novembro de 2010, em Goiânia, o **Dr. Jamil Issy** e, no dia 16 de fevereiro de 2011, em São Paulo, o **Dr. Durval Mazzei Nogueira**. Ambos foram Diretores do Conselho Federal de Farmácia, professores universitários e pesquisadores.

Jamil Issy era farmacêutico, desde 1953. Foi professor de Toxicologia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG), da qual foi Diretor. Foi, ainda, Pró-Reitor da mesma Universidade. Goiano de Vianópolis, Issy foi pioneiro na pesquisa em Toxicologia e no combate às drogas, em Goiás. Por mais de 40 anos, atuou em movimentos de prevenção ao uso de entorpecentes e integrou os Conselhos Municipal e Estadual de Entorpecentes.

Como autoridade em toxicologia, escreveu os livros "No Fantástico Mundo das Drogas", "Aspectos Farmacológicos das Drogas" e "Drogas: causas, efeitos e prevenção". Issy dedicou a vida aos estudos e ao ensino farmacêutico.

Fora do mundo acadêmico, ele abraçou, também, a política farmacêutica. Foi Presidente do CRF-GO e Vice-Presidente do CFF. Jamil Issy faleceu, aos 82 anos, por falência múltipla de órgãos e insuficiência renal. Era muito próximo ao Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos. "Ele elevou a profissão farmacêutica, em Goiás, à mais alta categoria, com suas pesquisas em Toxicologia, fato que o projetou, em todo o País", lembra, emocionado, o amigo Souza Santos.

MAZZEI - Já Durval Mazzei, foi Presidente do Conselho Federal de Farmácia, nos anos de 1972 e 1973 (os mandatos do CFF eram de um ano), e do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP). À

frente do CFF, Mazzei assinou várias e definitivas ações, a exemplo da reformulação do Código de Ética Profissional. Durante a sua gestão, o Conselho Federal aproximou-se do Ministério da Saúde e iniciou um trabalho de colaboração com a Central de Medicamentos (Ceme).

Mais: durante os seus mandatos, o Conselho Federal criou os Conselhos Regionais de Farmácia dos Estados do Amazonas e Acre; adquiriu a sua sede, na Avenida Liberdade, em São Paulo, e realizou o "2º Congresso Latino-Americano de Bioquímica Clínica". Quando dirigiu o CRF-SP, ele, também, deixou um rastro de realizações, como o "Primeiro Encontro Nacional de Professores de Farmacotécnica", na cidade de São Paulo.

ACADEMIA - Durval Mazzei cursou Farmácia (graduação), na Universidade de São Paulo (1950), onde fez, também, especialização (1952), doutorado (1960) e pós-doutorado (1960). Foi professor de pós-graduação e titular da mesma USP. Foi, ainda, Diretor da Universidade Camilo Castelo Branco. Ele foi membro da *D'honneur, Societe Francaise de Biologie Clinique* e Sócio honorário da *Associacion Mexicana de Bioquimica Clinica*.

Para o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, Durval Mazzei foi um grande educador, que incentivava as atividades práticas de aprendizado. "Durante suas duas gestões à frente do Conselho Federal de Farmácia, os laboratórios farmacêuticos ligados às Universidades foram fortalecidos e as análises clínicas cresceram como atividade farmacêutica", lembrou Souza Santos. Mazzei foi casado com D. Maria Inês.



Dr. Durval Mazzei Nogueira



Dr. Jamil Issy



Anfarmag divulga resultado do **Temma 2010**

A Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag) divulga o nome dos aprovados no 6º Concurso ao Título de Especialista em Manipulação Magistral Alopática (Temma/2010), realizado, no dia 06 de novembro de 2010. De acordo com a farmacêutica Maria Cristina Ferreira Silva, Coordenadora da Comissão do Temma, o profissional titulado tem a garantia da atualização profissional decorrente da necessidade de novos conhecimentos incorporados, a cada dia, à prática da Farmácia Magistral. “E, também, de uma educação continu-

ada, visto que o Temma valoriza não só os conhecimentos teóricos, como também a atualização profissional feita, por meio de congressos, seminários, cursos, participação em trabalhos de pesquisa ou experiência em docência”, disse a Coordenadora.

Os aprovados são: Ademir Nunes Junior, Alessandra Mara de Silveira Cappelaro, Giseli Maria Barbosa Pezzo Beraldo, Juliana Nascente Guedes Marinho, Laura Cristina Caldeira Morzelle, Layelli Abou Chahine, Leandro Mendes de Freitas, Marcelo Pereira da Silva, Mariana Piunti Teles, Marília Fossa Santos,



Milena Zaghen, Patricia Madureira Carvalho, Polyana Ehlke Wiedmer Yamamoto, Raquel Aparecida Paulon, Susana Matos Almeida, Talita Barbosa Gomes.

Mais informações encontram-se no site <http://www.anfarmag.com.br>

Paraibanos comemoram o Dia do Farmacêutico



Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge, discursa na solenidade: “Somos sedentos de conhecimentos, pois sabemos que a população necessita de nossos cuidados”.

O Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter Jorge João, representou o Presidente da Instituição, Jaldo de Souza Santos, na solenidade realizada pelo Conselho Regional de Farmácia da Paraíba (CRF-

-PB), em fevereiro, na cidade de João Pessoa, na comemoração ao Dia do Farmacêutico. O evento foi comandado pela Presidente do CRF-PB, Tereza Cristina, e contou, ainda, com as presenças dos Conselheiros Federais João Samuel Meira (PB) e José Gildo (AL).

O Vice-Presidente do CFF, em discurso, destacou o crescimento da atividade profissional, nos últimos 20 anos, e lembrou que a luta da Farmácia nunca termina. “Somos sedentos de conhecimento, pois sabemos que a população necessita de nossos cuidados”, disse Walter João.

MÉRITO FARMACÊUTICO - Durante o evento, os diretores do CRF-PB fizeram a entrega do Diploma do Mérito Farmacêutico a profissionais que se destacaram, no ano de 2010. Dois momentos marcaram o evento: a homenagem à professora Maria Cameri-



A professora Maria Camerina Maroja (primeira da direita), em um dos momentos mais emocionantes da solenidade, exhibe o Diploma do Mérito Farmacêutico. Na foto, ela posa ao lado do Conselheiro Federal de Farmácia pela Paraíba, João Samuel de Morais Meira, e da Presidente do CRF-PB, Tereza Cristina Davi Marques

na Maroja, que é considerada a “mãe” de muitos farmacêuticos formados pela Universidade Federal da Paraíba, e a moção de aplausos à farmacêutica Cíclia Pontes Florêncio. Ao encerrar a solenidade, a Presidente do CRF-PB, Tereza Cristina, destacou a união dos farmacêuticos do Estado em busca de crescimento da profissão.

Prêmio Jayme Torres

A Comissão Organizadora do Prêmio Jayme Torres divulgou os nomes dos co-autores dos artigos vencedores da edição de 2010 do Prêmio. "É facultada a inscrição de artigos individuais ou em grupo", informa a Comissão.

A seguir, os textos vencedores e seus respectivos autores.

CATEGORIA FARMACÊUTICO: Artigo vencedor: "Valorização do mel em ecossistemas frágeis: implantação de denominação de origem controlada em comunidades do interior do Mato Grosso do Sul".

Autor principal: Marcos Rondon. Colaborador: Marney Cereda.

Artigo segundo colocado: "Importância da assistência farmacêutica para usuários de

suplementos alimentares de atividades físicas, em São Luís de Montes Belos (GO)".

Autor principal: Marcelo do Nascimento Gomes. Colaboradores: Bruno Neves Jr, Edvande Xavier dos Santos Filho, Flávia Cristina da Silva, Rodrigo Luís Taminato, Cristiane Carla Caetano Fernandes e Ane Rosalina Trento.

CATEGORIA ESTUDANTES DE FARMÁCIA: Artigo vencedor: "Ocorrência de *Listeria Monocytogenes* em queijo do tipo minas frescal comercializado na cidade de Barra Mansa (RJ)".

Autora principal: Daniele Tavares Vieira da Silva.

Colaboradores: Raquel de Castro Trindade, Cristhiane Moura Falavina dos Reis, Sylvia Eileen Cartes Cabezas e Érica Louro da Fonseca.



CNS debate financiamento do setor

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou, no dia 17 de março de 2011, a defesa da regulamentação da Emenda Constitucional número 29/00 e da aprovação da Lei de Responsabilidade Sanitária. Esses foram temas da pauta que discutiu, entre outros assuntos, a questão do financiamento estável com garantia de maior eficiência na aplicação dos recursos do setor.

O CNS pretende mobilizar a sociedade no debate sobre o financiamento para a saúde. Um das alternativas, a Emenda 29, define os percentuais a serem aplicados pelas três esferas de Governo: União, Estados e Municípios. Sua regulamentação trará regras mais claras sobre como deve ser a aplicação dos recursos nas ações e serviços de saúde, definindo o que pode, de fato, ser considerado como investimento.

Outra Resolução aprovada pelo CNS foi a defesa da aprovação da Lei de Responsabilidade Sanitária pelo Congresso Nacional que, sobretudo, vai contribuir no combate à dengue. Segundo os Conselheiros, a transmissão da doença tem que ser enfrentada, por meio de ações intersetoriais de saneamento, em especial a garantia do acesso regular à água, a promoção da ocupação ordenada do espaço urbano e rural e a adequação do acondicionamento, coleta e destino do lixo.

O Presidente do Conselho e Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, chamou a atenção para que se mantenha o alerta e o combate à doença. "O trabalho de combate à dengue é permanente, e os próximos dois meses ainda apre-

sentam um grande risco de epidemias. Por isso, não podemos relaxar com a redução dos casos em relação a 2010", alertou.

O Conselho destacou, ainda, a necessidade de que haja uma mudança de atitude da população para dar maior eficácia às ações de controle do vetor transmissor da doença, cujo enfrentamento deve ser prioridade no Plano Nacional de Saúde e no Plano Plurianual 2012/2015.

BALANÇO - Ao apresentar as principais ações do Ministério da Saúde, no mês de fevereiro de 2011, Alexandre Padilha destacou o crescimento de 61% na distribuição de medicamentos contra a hipertensão e 50% para diabetes com o lançamento do Programa Saúde Não Tem Preço.

A campanha de prevenção de DST/Aids e Hepatites Virais, no Carnaval, com foco nas mulheres jovens, e a divulgação do teste rápido de Aids, também, foram assinalados como relevantes, em fevereiro.

Em março, estiveram no foco das ações em saúde, com o lançamento, pela Presidenta Dilma Rousseff, de programas para reforçar a prevenção e o tratamento do câncer de colo de útero e de mama e a instalação da Rede Cegonha, de atenção especializada à gestante e à criança.

Fonte: Agência Saúde (Jornalista Marlei Ferreira, da Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde).





Curso **Assistência Farmacêutica na Farmácia Comunitária:** agora, é a vez do Amapá

Macapá (AP) será a próxima capital a receber o curso de especialização "Assistência Farmacêutica na Farmácia Comunitária", do Conselho Federal de Farmácia (CFF). Com uma carga horária e 534 horas, distribuída em 36 módulos de 12 horas cada, o curso terá início, no dia 8 de abril de 2011, e sua realização conta com o apoio do Conselho Regional de Farmácia do Amapá (CRF-AP) e organização da Fundação Brasileira de Ciências Farmacêuticas/CFF. No Amapá, o curso irá oferecer 60 vagas. O Estado possui 260 farmacêuticos.

O CFF entende que o curso traz inovações oportunas, no contexto de buscas e transformações que vem ocorrendo no seio da profissão. O curso oferece um programa complexo e diverso, e os seus 36 módulos, além da riqueza técnica e científica que apresentam, contemplam todas as situações vividas, no dia-a-dia, pelos farmacêuticos comunitários.

O curso tem, ainda, o objetivo de instigar o profissional a assumir a sua natural aptidão de educador sanitário e sua condição de líder nato, em sua comunidade. Visa, também, a despertar o sentido de responsabilidade social no farmacêutico, além de qualificá-lo para oferecer serviços de saúde no âmbito da atenção básica. Além, obviamente, de levar, ao máximo da qualificação, a prestação de serviços de orientação aos pacientes sobre o uso correto dos medicamentos.

"É um curso revolucionário", resume o seu Coordenador, farmacêutico Radif Domingos. Ele é, também, Coordenador do Cebrim (Centro Brasileiro de Informação sobre Medica-



mentos)/CFF e Presidente da Fundação Brasileira de Ciências Farmacêuticas (FBCF)/ CFF. A Fundação é a responsável pela realização do curso. Para realizá-lo, o farmacêutico deverá fazer um investimento de 18 parcelas de R\$ 400,00.

Mais informações sobre o curso "Assistência Farmacêutica na Farmácia Comunitária" estão à disposição dos interessados na FBCF/CFF, por meio do telefone (61)3255-6550 e do e-mail funbrasil@hotmail.com

CONHEÇA O NOVO CURSO DE:

GESTÃO
FARMACÊUTICA

em **FARMÁCIA COMUNITÁRIA**

ACESSE:

www.portalextenso.com.br

CURSO **QualiMED**

FBCF
Fundação Brasileira de
Ciências Farmacêuticas

ANHANGUERA